



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

### CONSULTOR LEGISLATIVO

# ÁREA VII

PROVA DISCURSIVA



#### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.



#### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova.
- 2 (duas) horas** após o início da prova, você poderá deixar a sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova, você poderá deixar a sala **levando o caderno de questões**.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome **apenas** no(s) espaço(s) reservado(s).
- Caso você receba caderno de questões com o cargo **diferente** do impresso em sua folha de textos definitivos, comunique **obrigatoriamente** o fiscal de sala para que o fato seja registrado em ata.
- Não** será permitida a troca de folhas de textos definitivos em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, será levado em consideração **apenas o texto redigido nas folhas de textos definitivos**.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**



## Área VII - Dissertação

---

José, profissional autônomo no setor de seguros, ingressa em plano de previdência complementar mantido por entidade aberta de previdência complementar, a qual é subsidiária integral de conhecida entidade financeira nacional, na qual José possui conta bancária, aderindo ao referido plano unicamente por sugestão de seu gerente de conta corrente. Diante do regulamento do respectivo plano de benefícios, José observa alguns aspectos controvertidos, especialmente sobre o regime de financiamento e respectivas coberturas apresentadas.

**Dentro desse cenário hipotético, apresente, fundamentadamente, respostas às seguintes indagações:**

- a. **O plano previdenciário ao qual aderiu José é de índole individual ou coletiva? Justifique sua resposta.**
- b. **Caso José ingresse em cargo público de provimento efetivo e desde que haja, na carreira pública referida, sistema de previdência complementar fechado em funcionamento, será possível a transferência de recursos para a entidade fechada de previdência complementar? Qual o nome do instituto que representa a referida transferência?**
- c. **Como profissional de seguros, José indaga sobre a licitude da comercialização dos referidos produtos de previdência complementar aberta sem a interveniência de profissional habilitado e qualificado para tanto. É lícita a venda de planos previdenciários de entidades abertas sem o suporte profissional de corretores?**
- d. **Há diferenças entre as entidades responsáveis pela fiscalização entre segmento aberto e fechado de previdência complementar? Justifique sua resposta.**

1  
-----  
2  
-----  
3  
-----  
4  
-----  
5  
-----  
6  
-----  
7  
-----  
8  
-----  
9  
-----  
10  
-----  
11  
-----  
12  
-----  
13  
-----  
14  
-----  
15  
-----  
16  
-----  
17  
-----  
18  
-----  
19  
-----  
20  
-----  
21  
-----  
22  
-----  
23  
-----  
24  
-----  
25  
-----  
26  
-----  
27  
-----  
28  
-----  
29  
-----  
30  
-----  
31  
-----  
32  
-----  
33  
-----  
34  
-----  
35  
-----

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

---

72

---

73

---

74

---

75

---

76

---

77

---

78

---

79

---

80

---

81

---

82

---

83

---

84

---

85

---

86

---

87

---

88

---

89

---

90

---

## Área VII - Minuta de proposição com JUSTIFICAÇÃO

---

Em 1994 foi instituída a Cédula de Produto Rural (CPR) para fomentar o agronegócio e a negociação para entrega futura de produto rural, permitindo que a prestação do devedor ao credor pudesse ser feita com produtos de natureza rural sem a necessidade do pagamento em dinheiro. A possibilidade de a prestação ser em produto rural representou uma grande evolução no âmbito do crédito rural, até então representado, basicamente, nas cédulas e notas de crédito rural, títulos vinculados a contratos de financiamento ao setor rural e concebeu agilidade e eficiência nos negócios com commodities agrícolas, por exemplo.

Não obstante, nem na mesma década da criação da CPR nem nas subseqüentes foi concebido um documento com a mesma natureza jurídica para o setor industrial. Assim, persiste para os agentes econômicos que atuam neste segmento a forma tradicional de adimplemento em pecúnia dos financiamentos vinculados à emissão de cédulas e notas de crédito industrial, sem previsão de pagamento *in natura*.

**Considerando a lacuna legislativa e a relevância do setor industrial para a economia nacional, tendo por base a legislação sobre a CPR, elabore minuta de proposição legislativa da espécie projeto de lei, com justificção, para instituição da Cédula de Produto Industrial (CPI), observando as formalidades exigidas na espécie no âmbito da Câmara dos Deputados, abordando no conteúdo de forma minuciosa, necessariamente, os seguintes aspectos:**

- i. caracterização do título e sua natureza jurídica;
- ii. forma de emissão;
- iii. requisitos essenciais;
- iv. agentes econômicos com legitimação para sua emissão;
- v. regras de circulação;
- vi. garantias ao pagamento;
- vii. registro de garantias;
- viii. ação para cobrança;
- ix. disposição relativa ao protesto do título; e
- x. registro ou depósito do título.

**Na justificção, apresente os argumentos de ordem jurídica que dão suporte à proposição legislativa e indique a relevância/utilidade de sua aprovação.**

*Desconsidere eventuais proposições relativas a essa matéria que já tenham sido objeto de apreciação pelo Congresso Nacional ou por qualquer uma de suas Casas.*

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35



36

---

37

---

38

---

39

---

40

---

41

---

42

---

43

---

44

---

45

---

46

---

47

---

48

---

49

---

50

---

51

---

52

---

53

---

54

---

55

---

56

---

57

---

58

---

59

---

60

---

61

---

62

---

63

---

64

---

65

---

66

---

67

---

68

---

69

---

70

---

71

---

72

---

73

---

74

---

75

---

76

---

77

---

78

---

79

---

80

---

81

---

82

---

83

---

84

---

85

---

86

---

87

---

88

---

89

---

90

---



Realização

